

Aos quatro dias do mês de junho do ano de dois mil e quatorze, reuniu-se na sala de reuniões do IFSULDEMINAS – câmpus Machado, os membros do CEPE para reunião extraordinária com a seguinte pauta: Aprovação da Ata da reunião de 25 (vinte e cinco) de abril de 2014 (dois mil e quatorze) e discussões e aprovação do PDI. Participaram da reunião: Reitor eleito, Marcelo Bregagnoli, Pró-reitor de Ensino, Carlos Alberto Machado Carvalho, Pró-reitor de Extensão, Cleber Ávila Barbosa, Pró-reitor de Pesquisa e Inovação José Luiz de Andrade Rezende Pereira, Eduardo A. Ribeiro, Nathália Lopes Caldeira Brant, Leonardo Rubim Reis, Mauro Chaume Filho, Audria Alessandra Bovo, Gustavo Caproni Figueiredo, Suellen Cássia da Silva, Rogério Elizeu Avelar Piedade, Márcio Boer Ribeiro, Carlos Alberto de Albuquerque, Sueli do Carmo Oliveira, Luciana Maria V. Lopes Mendonça, Rosângela Frederico da Fonseca, Berenice M. R. Santoro, Sara Beloti Ferreira, Paulo Muniz de Ávila, Thomé S. Almeida, Bruno Ferreira Alves, Eustachio Carneiro, como secretária a Pedagoga da PROEN, Sônia Regina Alvim Negreti e como convidado a apresentar o PDI, o servidor Camilo Oliveira Prado. Prof. Carlos Alberto iniciou a reunião cumprimentando aos participantes e agradecendo a presença. Fez sua apresentação por estar iniciando na função de pró-reitor de ensino para o período de 2014/2018. Verificou se havia quorum e estando o número de participantes suficiente deu início a reunião passando a palavra para o reitor eleito. Marcelo Bregagnoli, se apresentou, deu boas vindas e falou da importância do CEPE para o IFSULDEMINAS. Fez a apresentação dos pró-reitores que iniciam o novo mandato 2014/2018. Destacou a confiança que tem no CEPE uma vez que as discussões neste colegiado são técnicas. Destacou que o aluno é prioridade em todas as discussões, que o foco dos trabalhos precisa ser voltado para os alunos. Apresentou o servidor Camilo como Coordenador de Desenvolvimento Organizacional. Destacou a importância do PDI na instituição e enfocou que houve a participação de todos na construção deste documento. Colocou-se aberto para conversar com os servidores enquanto reitor. O Reitor eleito se ausentou da reunião para participar de outras atividades. Prof. Carlos Alberto questionou se havia alguma proposta de expediente. Sara solicitou que fosse discutido sobre a possibilidade de parcerias para aquisição de livros para professores. O assunto será discutido ao final da reunião. Passou-se a aprovação da ata da reunião anterior. Foi feita a apresentação e a ata foi aprovada por unanimidade. O próximo item em pauta é o PDI. Carlos Alberto comentou que o PDI foi construído com a participação de todos os câmpus e organizado pelo Camilo. Passou a palavra para o Camilo a fim de que fizesse a explanação do documento. Camilo relatou como foi construído o PDI e destacou as solicitações feitas pelo CEPE anteriormente. Comentou que a maioria das recomendações do CEPE foram atendidas. Destacou que no mês de dezembro houve uma manifestação da SETEC sobre ampliar o prazo de entrega do PDI e que por isso o CONSUP optou por não discutir o documento e assim ampliar seu prazo de elaboração. Assim foi feito e após as modificações e as discussões, o documento está pronto para a apreciação do CEPE. O documento foi encaminhado para a Assessoria de Comunicação para a revisão do texto. Após finalizado o documento foi encaminhado ao pró-reitor de ensino na época, Marcelo Rosa, que fez o encaminhamento aos membros do CEPE para análise do novo documento. Cleber destacou que a posição do CONSUP foi em atendimento a solicitação do CEPE. Camilo iniciou a apresentação do PDI explanando que foi escolhido para este documento o modelo de plano estratégico interpretativo. Berenice questionou sobre a necessidade de um PDI, se não existia um anterior e ainda os motivos da escolha do modelo estratégico. Camilo explicou que o documento partiu do PDI anterior e que o modelo estratégico vem da interpretação da legislação por estudos da área e a comissão do PDI concordou com o modelo de estratégia. Rosângela questionou como as alterações futuras serão feitas. Camilo explicou que as alterações estratégicas partirão das discussões em colegiados como o CEPE, outros colegiados e comissões especiais. Sônia explanou sobre a importância do documento e que este é norteador, destacou que durante o período de vigência não deve ser alterado, ainda destacou que é o documento base, juntamente com a CPA para análise do INEP nos processos avaliativos de reconhecimento de cursos e institucional. Camilo explicou que não se trata de alteração do documento como um todo, mas verificações do cumprimento das metas e alterações com este objetivo. Natália questionou se a comissão teve conhecimento de todas as sugestões do CEPE, pois, parece que não foram todas atendidas. Camilo

GC 08 11

Mo ②

MB

disse que a comissão teve acesso às alterações e, na reunião de 19 de fevereiro, a comissão decidiu como conduziria a discussão do PDI e quais documentos precisava para isso. Áudria questionou sobre o acompanhamento do cumprimento das metas, isso não ficou claro no texto do PDI. Camilo explicou que o acompanhamento deve acontecer através dos colegiados, da CPA e demais instâncias, e que mecanismos de acompanhamento provavelmente serão discutidos e criados por esses órgãos. Carlos Alberto colocou que se definir a forma de avaliar no próprio documento é difícil. Sônia destacou que esta é uma finalidade da CPA, que deve ser trabalhada paralelamente ao desenvolvimento do PDI. Carlos Alberto agradeceu a explanação do Camilo e deu início as observações dos pareceristas do CEPE. Suely propôs que fossem feitos os comentários por tópicos. A sugestão foi acatada pelo grupo. Natália sugeriu que uma vez que o documento será aprovado após a nova gestão os nomes devem ser alterados. Suely sugere que na introdução seja substituído o termo “mudar” o sul de Minas para contribuir para o desenvolvimento do Sul de Minas. Audria indicou que deve ser alterado o período da construção do documento. Natália sugere que se acrescente neste texto a mudança de gestão. Suely questionou sobre a consulta à comunidade nos câmpus, alegou que não houve consulta em todos os câmpus, sugere que seja alterado o termo consultar a comunidade uma vez que não houve a consulta. Foi alterado com a explicação de que os diretores de planejamento tiveram o período para a consulta. Audria destacou o item 5, da página 12, que fala sobre o acordo de metas e compromissos firmado entre o MEC e o IFSULDEMINAS. Ao olhar o documento ela observou que itens do acordo de metas não foram contemplados no item 5 citado no PDI. Citou aqueles que não foram destacados e que deveriam ser destacados no PDI. Destacou ainda que o CEPE tem que se preocupar com tais situações. O CEPE deve pensar sobre os cursos que serão abertos para atender as metas. Camilo comentou que a própria SETEC teve dificuldades de cumprir o Plano de Metas e que as metas estão formuladas ali de um modo que não permite sua medição na rede federal. Suely colocou que concorda com a Audria e que a lei deve ser atendida, que pede 20% de licenciatura e não de qualificação para aperfeiçoamento da educação básica. Ainda destacou sobre o PROEJA, que o decreto citado no PDI prevê um aumento do quantitativo dos cursos e não temos nenhum dado sobre a oferta do PROEJA, nem na abertura de cursos. Acredita que estas situações devem ser repensadas. Destacou ainda que o CEPE não tem condições de fazer uma avaliação sobre abertura de cursos se não consta no planejamento dos câmpus no PDI. Enfocou que o PROEJA deve ser revisto e que o PDI deve ajudar a dimensionar estas questões uma vez que no câmpus não é percebido uma boa vontade neste sentido. Carlos Alberto destacou que esta é uma colocação importante e propôs que fosse citado no PDI a legislação que ampara o cumprimento dos percentuais de oferta de cursos. Audria acredita que tem que ficar claro na meta do PDI, colocando como prioridade de atendimento. Suely sugere que seja claro no PDI o cumprimento das metas por câmpus. José Luiz acha difícil que se coloque números uma vez que cada câmpus tem suas especificidades. Bruno propõe que deve constar que cada câmpus deve cumprir com o percentual de cursos oferecidos. Carlos destacou que cada câmpus tem sua identidade e deve oferecer o que atende a comunidade. Acredita que se definir modalidades abriremos mão da liberdade que o governo deu para as instituições. Carlos Alberto acredita que deve ser respeitado o perfil do câmpus e não definir o percentual neste momento. Suely destacou que a consulta a comunidade é um fator e que deve ser voltada para as áreas de conhecimento e não modalidades de ensino. As modalidades são funções obrigatórias que o IFSULDEMINAS deve oferecer. Disse se preocupar muito enquanto membro do CEPE com o percentual de cursos oferecidos no instituto. Destacou ainda que o quantitativo precisa ser discutido e cumprido. Natália propõe que seja especificado na meta o quantitativo da lei e que em uma nova reunião seja discutido pelo CEPE como será aplicado no instituto. Sugere que volte como pauta para discutir como isso acontecerá no instituto através dos câmpus. Carlos Alberto propõe que a medida que os cursos forem surgindo para aprovação esses percentuais sejam discutidos. Camilo explicou que a coleta e a sistematização de informações é complexa e não há condições de fazer repetidamente. Natália destacou que através do orçamento já existe um quantitativo. Camilo esclareceu que a comissão do PDI fez a coleta dos dados em outubro e novembro do ano passado. Suely destacou que é grave a colocação feita, se não teríamos os números sobre o quantitativo de cursos. Camilo respondeu que

CC JPB W

M

2

AB

há os números específicos, porém a sistematização deles no PDI é complexa e não há condições de refazê-la diversas vezes. Suely sugeriu que essas informações sejam expostas a todos. Cleber esclareceu que o instituto tem a atualização dos números diariamente através do Sistec. Esclareceu que foi discutido no Colégio de Dirigentes que cada câmpus teria o compromisso de ofertar todas as modalidades. Rosângela destacou que seria interessante que o câmpus oferecesse os cursos em todas as modalidades, se não houve demanda, ao menos foi ofertado por todos os câmpus. Foi decidido pelo grupo que no item 5 fosse retirada a última parte que define atender a apenas 2 metas. No Perfil Institucional, Suely propõe que seja substituído o “arranjo produtivo local” por arranjo produtivo, social e cultural regional. Natália propõe que seja usado o câmpus avançado de Carmo de Minas e Três Corações e retirada a citação de polo de rede Circuito das Águas e que fosse acrescentado o ano de criação. Suely sugeriu o acréscimo da Gestão Democrática nos princípios filosóficos. Substituir Gestão Escolar descentralizada por democrática e descentralizada. Retirar o termo colegiados inferiores e usar o termo de Colegiados de Cursos apenas, retirar cursos superiores, pois foi votado no CONSUP a constituição dos colegiados dos cursos técnicos. No que diz respeito ao Núcleo Institucional de Pesquisa e Extensão alterar os câmpus de Passos, Poços de Caldas e Pouso Alegre que já possuem o NIPE. No campo de oferta, abertura e reestruturação de cursos, nos objetivos, alterar o primeiro objetivo constando educação profissional, técnica e tecnológica. Foi sugerido ainda que fosse retirada a palavra “predominar” bacharelados (...) , permanecer apenas as citações com a ressalva de garantir os 20% de licenciatura. Berenice questionou sobre a tabela de cursos, se permanece como está no documento ou se deve ser atualizada. Camilo esclareceu que foi explicado no início do texto quando os dados foram levantados para a elaboração do documento. Leonardo acrescenta que é importante a atualização dos dados. Camilo diz que a comissão do PDI optou por trabalhar com os dados que constam do PDI, que se pode manter o que foi feito no início da construção do PDI porque a data da coleta está citada no documento. Natália discordou da colocação uma vez que os dados precisam ser atualizados visto que o documento está sendo apreciado neste momento. Propõe que seja então destacada a data da coleta de dados. Ficou definido que serão datadas as tabelas uma a uma. Foi proposto pela Berenice que no item 4 substituísse o “conteúdo mínimo” para os pareceres por critérios mínimos. No item 5, foi proposto pela Suely que acrescentasse a análise da economia, sociedade e cultura. Audria questionou por que a meta de criar pelo menos dois mestrados profissionais. Carlos Alberto explicou que é uma vontade do instituto e propôs que mantivesse sem definir número e foi acatado pelo grupo. Foi retirada a Meta 12 que diz sob a consolidação do polo Circuito das Águas uma vez que já é câmpus avançado. No item 7, Audria sugere que seja priorizada a abertura de cursos de formação de professores e PROEJA em atendimento a legislação. Leonardo apresentou a proposta de não definir através de critérios. Audria defende a posição de constar no documento a inserção de um item que prioriza a abertura de cursos de formação de professores e PROEJA em atendimento a legislação vigente. A proposta apresentada pelo Leonardo é que deve ficar como está. Foi colocado em votação como proposta 1 a colocação da Audria e proposta 2 do Leonardo. Proposta 1. Votos favoráveis 5. Proposta 2. Votos favoráveis 13. Abstenção 1. Com relação a Inserção profissional dos estudantes, Suely achou que os procedimentos não estão coerentes com os objetivos. Foi feita a substituição do termo alinhar por relacionar. Berenice propôs que substituísse o setor produtivo pelo mundo do trabalho. Suely sugeriu que fosse substituído o termo igualdade por equidade no que diz respeito ao atendimento ao discente. Natália destacou que a referência na instituição é sobre o aluno, então propôs a alteração da família em vulnerabilidade por alunos em vulnerabilidade. Propôs também que fosse substituído o termo comportamental por atitudinal. Leonardo solicitou que fosse acrescentado no item Alinhamento as bolsas de inovação. Berenice destacou que os objetivos da Governança estão sem o verbo. Suely propõe acrescentar o verbo garantir nos dois objetivos. Na meta 4, Audria questionou sobre definir organograma, porém esses já existem, propôs que fosse alterado por reestruturar. O item 6 foi retirado. Com relação a Comunicação, na meta 1 foi questionado pelo Leonardo se seria uma equipe única ou uma para cada câmpus. Foi esclarecido que fosse equipar a assessoria de comunicação. Foi alterado para Organizar e equipar assessoria de comunicação com profissionais de jornalismo, marketing,

CC [assinatura] [assinatura] [assinatura] [assinatura]

[assinatura]

publicidade e programação visual e audiovisual. A meta 2 foi cortada. Suely questionou sobre a liberação de 49 docentes para qualificação em pós-graduação *strictu sensu*, propõe que seja alterado para liberação de docentes e técnicos administrativo para a qualificação. Leonardo solicitou a inclusão de uma meta na infraestrutura de concluir a construção da reitoria. Suely sugeriu que ao final do texto fosse substituído o termo repensar a gestão democrática por fortalecer. Natália questionou sobre os cursos que serão oferecidos nos câmpus, que havia uma planilha para esta finalidade. Camilo disse que esse assunto foi amplamente discutido e que foi decidido a não citar os cursos e sim apenas a pretensão de criação de novos cursos. Suely registrou que nas tabelas não apareceu em nenhum momento a oferta de PROEJA, o que tem em funcionamento, qual a previsão de abertura. Propõe que seja discutido em outra reunião caso não seja possível a inserção neste documento. Natália sugeriu que fosse citada uma referência com as leis e outros documentos usados para a construção do PDI. Camilo esclareceu que o texto do PDI menciona as leis e os documentos utilizados, mas a inserção de uma seção bibliográfica destoa porque o PDI não é um trabalho acadêmico. Berenice destacou que o termo usado é referência e que concorda com a citação das referências. Foi colocado em votação. Proposta 1 – ficam sem as citações; Proposta 2 – incluir as citações: 5 votaram favoráveis em incluir as referências; 6 votam para a não inclusão; 5 abstenções. O documento fica sem uma seção de referências bibliográficas. Atendidas as solicitações, o documento recebeu parecer favorável pelo CEPE. No expediente, Sara colocou a possibilidade de um recurso para compra de livros para professores. Acha que não é justo que o professor compre instrumentos para seu trabalho. Questionou sobre a possibilidade de parcerias que facilitasse essa aquisição. Sônia esclareceu que não pode comprar livros para o professor com recurso institucional e que os professores devem solicitar para as bibliotecas e usar os livros da biblioteca. Carlos Alberto ficou de verificar sobre esta possibilidade. Carlos Alberto colocou no expediente que possam ser indicados os mesmos nomes de professores para o Grupo de Trabalho na continuidade de avaliação de novos cursos (Resolução CONSUP 09/2014). Esclareceu que os pareceres sobre os novos cursos deverão passar pelo CADEM em junho, a CAMEN em julho e retornam para o CEPE na reunião de agosto. Sugeriu o cronograma de reuniões ordinárias para o segundo semestre, sendo uma 23 de outubro e outra 25 de novembro. Sem mais nada a constar, o presidente do CEPE agradeceu a participação de todos e ressaltou o valor das discussões deste colegiado. Foi encerrada a reunião e eu, Sônia Regina Alvim Negreti, secretária *ad hoc* lavro a presente que segue assinada pelos participantes.

Carlos Alberto Machado Carvalho

Cleber Ávila Barbosa

José Luiz de Andrade Rezende Pereira

Eduardo A. Ribeiro

Nathália Lopes Caldeira Brant

Leonardo Rubim Reis

Mauro Chaume Filho

Audria Alessandra Bovo

Gustavo Caproni Figueiredo

Suellen Cássia da Silva

Rogério Elizeu Avelar Piedade

Márcio Boer Ribeiro

Carlos Alberto de Albuquerque

Sueli do Carmo Oliveira

Luciana Maria V. Lopes Mendonça

Rosângela Frederico da Fonseca

Berenice M. R. Santoro

Sara Beloti Ferreira

Paulo Muniz de Ávila

Thomé S. Almeida

Bruno Ferreira Alves  
Eustachio Carneiro

*Dr. Bruno M.*